



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17523 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 11 - Política da Educação Superior

A Assistência Estudantil e o Direito à Educação na Universidade Federal de São João del-Rei
Pedro Henrique dos Reis - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

O ensino superior público brasileiro passou por diversas mudanças nos últimos anos, que alteraram profundamente a ocupação de vagas nas Universidades Federais do país. As mudanças ocorreram após muitos anos de luta, protagonizadas por diversos setores da sociedade que reivindicavam uma democratização do acesso ao ensino superior público, ocupado majoritariamente pelas classes econômicas dominantes desde a fundação da república.

Os avanços ocorreram tanto na quantidade de vagas, viabilizadas pela abertura de novas universidades e campi universitários, sobretudo no interior do país através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); quanto por mudanças no processo de seleção e ingresso das Universidades Públicas, através do ENEM/SISU que possibilitou a mobilidade de estudantes entre as regiões brasileiras a partir do ano de 2010 e com a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública e para estudantes pretos, pardos e indígenas, através da lei de cotas, n. 12.711/2012 (Marques & Cepeda, 2012; Ristoff, 2016).

Tais ações impactaram diretamente no perfil dos estudantes que passaram a acessar as universidades federais. Segundo dados da V pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018), 70,2% dos estudantes matriculados são oriundos de famílias com renda mensal per capita de até 1,5 salários mínimos, e pela primeira

vez na história, estudantes da cor ou raça preta, parda e indígena, superaram a metade de estudantes nas universidades federais, atingindo 52,1%. Em relação aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, o percentual atingiu 64,7%.

A entrada desse novo perfil de estudantes nas universidades federais impôs novos desafios para o Estado, que resultaram na proposição de ações que viabilizassem a permanência destes estudantes na universidade e estimulassem a conclusão de seu curso.

Nessa conjuntura, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010) que concebe a assistência estudantil como um direito de cidadania, enquanto estabelece diretrizes e regras no combate às desigualdades sociais e regionais, gerando condições para ampliação e democratização do acesso e permanência do estudante no ensino público federal. Esta política pública destina recursos orçamentários para apoiar financeiramente os estudantes e/ou manter equipamentos de assistência estudantil, como moradias e restaurantes universitários. Além de combater a evasão, essas ações buscam dar maior equidade de oportunidades e inclusão daqueles que antes eram excluídos, dando pluralidade e sentido público às Universidades Federais.

O objetivo desse estudo, ainda em andamento, é analisar a contribuição dos instrumentos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica na Universidade Federal de São João del-Rei. As investigações permeiam o cenário Macro — O orçamento destinado pelo Estado Brasileiro para Assistência Estudantil e Micro — A implementação autônoma dos recursos pela UFSJ, nas regras estabelecidas pelo PNAES para o fomento a permanência do discente alvo.

O estudo é de natureza qualitativa e compreende fase de investigação exploratória — concluída, análise documental e construção de narrativas e autobiografias — em andamento, análise dos dados e procedimentos que serão empregados para interpretar os resultados em consonância com o referencial teórico usado para fundamentar a pesquisa. Como forma de imersão na luta pela permanência, são analisadas narrativas reais, que buscam evidenciar a fragilidade e as inconsistências ainda presentes para efetivação do direito à educação para todos.

Os resultados preliminares apontam para avanços na nos últimos 10 anos, alavancados pela criação de novos instrumentos de assistência estudantil, entretanto os recursos financeiros são escassos para cumprimento dos objetivos do programa, argumento evidenciado pela diminuição de recursos durante a pandemia de COVID-19, quando houve diminuição da verba empregada, mesmo com maior demanda. Na UFSJ, os dados parecem pouco consolidados, necessitando de maior investigação e divulgação por parte da Instituição e do Estado. Entretanto, é possível observar a implementação do Programa de Auxílio de Promoção Socioacadêmica (PASE) e suas variações conforme o orçamento destinado pelo Governo Federal anualmente, a construção dos Restaurantes Universitários e o fornecimento

de refeições subsidiadas como uma das ferramentas principais de garantia de permanência e garantia da segurança alimentar.

Por fim, existe um tensionamento causado pelo esfacelamento das condições de permanência digna dos discentes frente à crise econômica e humanitária vivida pelas camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira e o investimento insuficiente para garantia do acesso à permanência dos mesmos nos IFES, outrora nos últimos anos, fruto da organização política para lutar pelos direitos dessa comunidade, alguns avanços foram conquistados. O novo PNAES, aprovado recentemente, com promessa de maior orçamento e inclusão de novos públicos alvo, aponta para avanços que anteriormente não foram consolidados.

Palavras-chave: universidade; permanência estudantil; PNAES; assistência estudantil; educação superior.

REFERÊNCIAS

DECRETO N. 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES-2018.

RISTOFF, D. I. (2016). Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. Cadernos do GEA, (9), 9-62.